

**Considerações sobre a proteção de pessoas que fogem da Líbia – recomendações
do ACNUR
(29 de março de 2011)**

Atualização nº 1

1 Introdução

Milhares de pessoas estão deixando a Líbia devido ao aumento dos conflitos e da violência que assola o país. A maioria das pessoas segue pelas estradas até o Egito e a Tunísia, mas há também partidas por vias terrestres, aéreas e cada vez mais por vias marítimas para outros países. Apesar da dificuldade em se confirmar as informações atuais sobre a situação da Líbia, verdadeiros e alarmantes relatos sobre o uso excessivo da força contra civis e centenas de vítimas continuam sendo recebidos. Relatórios sugerem que a violência também atinge os grandes grupos de estrangeiros do país, incluindo refugiados e desabrigados. O Conselho de Segurança da ONU autorizou a ação dos Estados Membros para por um fim à violência contra os civis, inclusive reforçando uma “zona de exclusão aérea” sobre o país para assegurar a entrega de assistência humanitária internacional. Tais esforços estão sendo conduzidos sob a liderança da OTAN.

O ACNUR tem reforçado suas operações em países africanos afetados pelos recentes deslocamentos no norte da África, providenciando suporte necessário para aqueles que estão fugindo, e também aos Governos que os recebem. O ACNUR tem se unido aos governos afetados e está trabalhando para assisti-los de forma apropriada, propiciando apoio que satisfaça suas necessidades e responda aos deslocamentos específicos que estão vivenciando, ou poderão vivenciar.

2 Recomendações do ACNUR

Devido à atual situação Líbia, o ACNUR está emitindo comunicados atualizados sobre o tratamento oferecido a quem chega ou retorna ao país. Esses comunicados não são diretrizes sobre a elegibilidade de refugiados segundo sistemas nacionais de asilo. Portanto, a posição do ACNUR não prejudica as decisões sobre pedidos individuais de asilo feito por pessoas advindas da Líbia. A posição do ACNUR será revista de acordo com a evolução da situação e atualizada sempre que necessário.

- **Acesso a territórios deve ser assegurado a todos as pessoas que fogem da Líbia, sem discriminação, independentemente de sua nacionalidade.**

O ACNUR saúda a política de governo da Tunísia de acolher todos os recém chegados da Líbia. Da mesma forma, apreciamos a promessa do governo egípcio de permitir a entrada de cidadãos líbios, assim como de muitos outros cidadãos de outros países, incluindo refugiados e desabrigados registrados pelo ACNUR. O escritório apela para que todos os governos vizinhos no Norte da África e da Europa mantenham abertas suas fronteiras terrestres, aéreas e marítimas para todas as pessoas forçadas a deixar a Líbia. Eles não deverão ser forçados a retornar a Líbia.

- **Todas as pessoas que fogem da Líbia devem ser acolhidas e receber tratamento para suas necessidades imediatas.**

Os recém chegados deverão desfrutar de uma recepção que atenda as suas necessidades materiais básicas e psicológicas (por exemplo, alojamento, alimentação, vestuário e serviços médicos), independente de sua condição, garantindo seu bem estar até que seja possível o encaminhamento a serviços mais adequados a cada situação. A designação de locais de recepções instaladas onde um conjunto de serviços possa ser providenciado, – incluindo medidas destinadas à necessidade de proteção adequada à idade e gênero – apoiadas por diferentes atores humanitários incluindo o ACNUR, poderão ser especialmente úteis aos países que recebem um grande numero de fugitivos líbios.

Como medida de proteção e segurança os locais de recepções, mesmo que temporários, deverão estar localizadas a uma distância suficiente da fronteira com a Líbia.

- **Devido ao variado perfil das pessoas que fogem da Líbia o ACNUR advoga por uma política de proteção diferenciada que facilite o reconhecimento e identificação dos recém chegados ao país.**

A informação inicial sobre os recém-chegados sugere que eles formam ou podem formar uma gama de diferentes grupos:

- Estrangeiros que tenham residido na Líbia como trabalhadores migrantes, ou por outras razões e desejam retornar a seus países de origem.
- Os indivíduos com necessidades especiais (por exemplo, mulheres em risco, crianças desacompanhadas ou pessoas que foram traficadas).
- Cidadãos líbios que fogem da perseguição, da violência e das graves perturbações na ordem pública no país.
- Indivíduos que podem ser excluídos da proteção internacional dos refugiados ou são inelegíveis para tal proteção.
- Refugiados ou desabrigados estrangeiros que tenham residido ou transitado pela Líbia, cadastrados ou não.

- **O ACNUR recomenda que seja concedida proteção temporária aos cidadãos líbios até que se tenha esclarecimento de suas circunstâncias e sejam acordadas possíveis soluções.**

O ACNUR considera preocupante a situação dos líbios em razão do atual contexto do país. Com base nas informações disponíveis, o escritório entende que as condições do país se enquadram naquelas regidas pela Convenção para tratar dos aspectos específicos do problema dos refugiados na África, de 1969ⁱ.

A situação de alguns líbios também pode ser regida pela Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, ou por instrumentos ou esquemas subsidiários de proteção.

Como a situação da Líbia tem evoluído rapidamente o ACNUR considera que no momento, e até que os problemas sejam solucionados, o mais importante a se fazer é propiciar uma proteção temporária as diversas necessidades dos cidadãos que deixam o paísⁱⁱ.

- **Os estrangeiros que fogem da Líbia e procuram ajuda internacional deverão ser encaminhados aos procedimentos nacionais de concessão de asilo, ou, quando for o caso, à determinação da condição de refugiado sob mandato do ACNUR contanto que os números sejam administráveis. No caso de serem muitos os pedidos de ajuda dos estrangeiros, proteção temporária deve ser garantida até que seja possível providenciar determinação individual ou a determinação sob mandato.**

A Líbia tem sido um país de trânsito e destino para milhares de refugiados e indivíduos estrangeiros que buscam algum tipo de proteção internacional. Palestinos e iraquianos já foram reconhecidos sob mandato do ACNUR como refugiados na Líbia. Além deles, refugiados do Sudão, Etiópia, Somália e Eritreia, além de grupos menores de outros países tem vivido na Líbia.

Adicionalmente, no entanto, existem pessoas cujos pedidos ainda não foram atendidos:

- indivíduos registrados como requerentes de asilo com o ACNUR na Líbia; e
- estrangeiros ou indivíduos sem cidadania que clamam por proteção internacional, mas que ainda não obtiveram acesso ao ACNUR ou que não podem usufruir da proteção aos refugiados, especialmente devido aos limites impostos pelo governo Líbio às atividades do ACNUR.

O ACNUR recomenda que todas estas pessoas sejam encaminhadas aos procedimentos nacionais de determinação da condição de refugiado ou, em se tratando de um número significativo, que lhes seja garantido proteção temporária até que seus pedidos por concessão de refúgio possam ser analisados individualmente. Nos países onde não

existam procedimentos nacionais de refúgio, eles deverão ser encaminhados aos procedimentos de determinação da condição de refugiado sob o mandato do ACNUR, para que sejam apuradas suas necessidades de proteção internacional.

• O ACNUR tem plena consciência da necessidade de esforços especiais para identificar indivíduos excluídos da proteção internacional aos refugiados ou que estejam inabilitados de recebê-la em razão de seu envolvimento em atividades militares.

Entre o grupo de indivíduos que fogem da Líbia, há aqueles envolvidos em sérios conflitos criminais fruto da posição de autoridade que ocupavam ou de participações na rebelião corrente. Entre eles, deve haver pessoas associadas a certos Governos, polícias ou forças militares, grupos paramilitares, mercenários estrangeiros e outros grupos armados.

No caso destas pessoas, será necessário uma análise cuidadosa de todas as questões de responsabilidades por violações aos direitos humanos e outros crimes que possam dar origem à exclusão da proteção internacional aos refugiados. Isto também se aplica aquelas pessoas que pertenceram a grupos paramilitares ou que são mercenários estrangeiros e, na situação atual, foram empregados pelas autoridades da Líbia. Sempre que possível, eles deverão ser separados dos demais civis recém-chegados.

• Deverão ser instituídos mecanismos que atendam necessidades específicas, incluindo crianças desamparadas, mulheres em risco, pessoas traficadas, idosos e pessoas traumatizadas.

O ACNUR ainda não tem informações adequadas sobre quantas das novas chegadas aos países hospedeiros apresentarão necessidades específicas. No entanto, é cada vez maior a chegada de crianças desamparadas, mulheres em risco, pessoas traficadas, traumatizadas e outras necessidades que requerem atenção de especialistas.

• Estrangeiros que não receberam proteção internacional, ou que não necessitam desta proteção, deverão receber orientações sobre a forma de retornar a seu país de origem.

A Líbia tem sido um importante destino para trabalhadores migrantes da África Subsaariana e de vários outros lugares. Além disso, há cidadãos de diferentes países que vivem na Líbia pelas mais diversas razões. Algumas dessas pessoas têm recebido assistência de seu próprio governo para deixar o país. Outros pediram para voltar para casa após terem partido para países vizinhos. Reunindo esforços com os governos envolvidos, o ACNUR e a OIM trabalharam por várias semanas na célula de evacuação humanitária, ajudando estes imigrantes retidos a retornarem a seus países. Estes esforços continuam.

● **O ACNUR faz um apelo a todos os governos da região, bem como à comunidade internacional, para que, movidos por um espírito de solidariedade, colaborem com esta situação de emergência e ajudem os países mais afetados.**

A maior parte das pessoas que fogem da Líbia tem o Egito e a Tunísia como destino. A chegada de um grande número de nacionais que retornam ao país de origem e ainda de vários estrangeiros, tem pressionado consideravelmente estes países que recentemente tiveram de lidar com importantes mudanças internas.

O ACNUR e outras organizações internacionais têm auxiliado estes países a lidarem com o fluxo de pessoas, porém mais ajuda é necessária.

ⁱ 1969 OUA que trata dos aspectos específicos dos problemas de refugiados na África.

ⁱⁱ Veja o artigo 2º, §5º da Convenção para tratar dos aspectos específicos do problema dos refugiados na África ou a Diretiva do Conselho da União Europeia 2001/55/EC de 20 de julho de 2001 de normas mínimas para a concessão de proteção temporária em casos de afluxo massivo de desabrigados e uma repartição equilibrada dos esforços entre os Estados-Membros ao acolherem refugiados e pessoas deslocadas e ao suportarem as consequências decorrentes desse acolhimento. Os quadros jurídicos nacionais existentes também fazem previsões sobre estadias temporárias em circunstâncias especiais em variados países.